

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
INTERVENTIVA NA SAÚDE E NA EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DO VÍNCULO ESCOLA-FAMÍLIA:
OS DOIS PRINCIPAIS CONTEXTOS PARA A CRIANÇA**

IVANIA MARIA PINHEIRO

**FORTALEZA – CEARÁ
2004**

FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DO VÍNCULO ESCOLA-FAMÍLIA:
OS DOIS PRINCIPAIS CONTEXTOS PARA A CRIANÇA

IVANIA MARIA PINHEIRO

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA INTERVENTIVA NA SAÚDE E NA EDUCAÇÃO
CÔMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
ESPECIALISTA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

FORTALEZA – 2004

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Avaliação Psicológica Interventiva na Saúde e na Educação pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Ivania Maria Pinheiro

MONOGRAFIA APROVADA EM: ____/____/____

Tania Vicente Viana
Orientador(a)

Dedico este trabalho à instituição em que trabalho e às famílias das crianças com as quais convivo e tenho podido aprender muito não só sobre Vínculo, mas sobre a linda arte de educar.

AGRADECIMENTOS

À Deus por estar sempre ao meu lado, iluminando meu caminho.

À minha mãe, dedicação, presença e conforto em todos os momentos, porto seguro sempre, que me tranquiliza nas situações de angústia mostrando-me que no final tudo dá certo. Hoje, e tem sido ao longo dos anos, uma grande amiga e a mais perfeita companheira que eu poderia ter, participando efetivamente de toda a minha vida profissional e desse trabalho inclusive. A ela, que vem ocupando um papel importante em toda a minha vida, toda admiração e amor.

À minha orientadora que mostrou-se solícita e disponível, enriquecendo meu repertório de escrita e tornando minhas idéias ainda mais científicas.

Ao meu amigo Egliberto que acompanhou a trajetória desse trabalho e que de uma forma especial soube me escutar e me agüentar nos momentos de cansaço, sempre torcendo por mim e vibrando com os resultados.

À minha amiga Socorro que se disponibilizou em discutir algumas questões durante a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho analisa a importância da formação e avaliação do vínculo Escola-Família no processo de desenvolvimento da criança. Sob a perspectiva da Teoria do Vínculo de Pichón-Rivière, aborda aspectos importantes sobre o vínculo. Mostra-se o processo de socialização como formador de vínculos e sua influência no vínculo das duas principais instituições para o desenvolvimento infantil (Escola e Família). Enfoca a família e a escola como sistemas e discorre sobre como são formados os vínculos em cada um deles, quais as diferenças dos vínculos familiares e os da escola e a importância de cada um no desenvolvimento social, cognitivo e afetivo da criança. Contextualiza as instituições sócio-historicamente e mostra maneiras de incentivar e estabelecer o vínculo Escola-Família. Finaliza o estudo enfatizando a importância da avaliação desse vínculo e contribui com questões reflexivas para essa avaliação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 – TEORIA DO VÍNCULO.....	2
1.1 – Antecedentes teóricos e definição de vínculo.....	3
1.2 – Formação do vínculo (vínculo interno e externo).....	6
1.3 – Vínculo e papel.....	8
2 – FORMAÇÃO DE VÍNCULOS.....	10
2.1 – O processo de socialização da criança.....	11
2.2 – Formação de vínculos na família.....	16
2.3 – Formação de vínculos na escola.....	19
3 – FAMÍLIA E ESCOLA: O VÍNCULO DOS DOIS PRINCIPAIS CONTEXTOS PARA A CRIANÇA.....	22
3.1 – O vínculo família e escola.....	22
3.2 – Contribuições para a avaliação do vínculo Escola-Família.....	25
CONCLUSÃO.....	27
BIBLIOGRAFIA.....	29

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda um tema diretamente influenciado pelas mudanças que o mundo vem sofrendo, as quais ocorrem de uma maneira extremamente difícil de ser acompanhada pelo ser humano. O contexto sócio-histórico em que se encontram as duas instituições – família e escola – vem transformando-as para atender às necessidades das contingências da vida atual.

A sociedade vem considerando a escola como o lugar do saber institucionalizado, saber este cada vez mais diversificado e especializado com a crescente evolução do pensamento, da ciência e da tecnologia.

Contudo, sabe-se que a instituição escola é uma instituição social que não cuida apenas do ensino, mas é também um espaço da educação e socialização e, neste sentido, um prolongamento do núcleo familiar. Atua em conjunto com a instituição família no processo de formação da pessoa. Transmite valores e normas comuns à sociedade como um todo.

As mudanças sociais dos dias atuais têm modificado as duas instituições: família e escola. A sociedade, que vive intensamente a globalização, vem exigindo e transformando-se para atender as necessidades surgidas nesse sistema.

O tempo e a disponibilidade dos pais engajados no processo produtivo é menor hoje em dia; os espaços de convívio familiar na vizinhança, das brincadeiras de rua e dos encontros na pracinha estão cada vez mais reduzidos; nos bairros super populosos e super movimentados, já não se vêem mais crianças brincando na rua; a mãe não chama seus filhos da janela; o pai nem sempre vem para o almoço; os companheiros mais velhos já não agrupam a meninada ensinando-lhes brincadeiras que passam de geração a geração; perdeu-se o gosto de “roubar frutas” no quintal do vizinho... . Desse modo, as crianças acabam brincando no reduzido espaço do corredor dos prédios e arriscando-se ao pular entre os carros da garagem.

Estes fatos repercutiram na escola e na família. Com relação à escola, esta tem se tornado uma espécie de substituto da vida familiar. E a família, por sua vez, está buscando a Escola cada vez mais cedo para que seus filhos tenham mais oportunidades de convivência e de vivenciar espaços mais amplos e, de certo modo, protegidos. É na escola que a maior parte das crianças de hoje tem descoberto os companheiros, os amigos, os colegas e os adultos significativos.

Por isso, este trabalho contribui para a reflexão sobre questões fundamentais para o desenvolvimento do ser humano. Questões que aparecem e que se tornam distantes das pessoas porque, apesar de vivenciarem essas questões, não possuem oportunidade de reflexão ou discussão.

E é na busca de respostas que se enfoca, neste trabalho, o vínculo Escola-Família, nessa fase de mudanças, e a importância de sua avaliação para se obter resultados significativos para as instituições envolvidas.

Aborda-se o tema, inicialmente, pela descrição dos principais aspectos da Teoria de Pichón-Rivière, o que dará subsídios para maior clareza no restante da leitura. Neste capítulo, incluem-se os antecedentes teóricos da teoria, a definição de vínculo e sua formação, bem como a relação do conceito de papel e vínculo.

Analisa-se, no segundo capítulo, a influência que o processo de socialização vivenciado pela criança possui para o estabelecimento do vínculo entre escola e família. Consideram-se, no mesmo capítulo, a família e a escola como sistemas, enfocando essas instituições como base para a formação de novos vínculos.

No terceiro capítulo, o vínculo dos dois principais contextos para a criança será analisado levando em consideração o contexto sócio-histórico em que atuam. Serão apontadas as maneiras como esses contextos poderão interagir de forma benéfica. A importância da avaliação do vínculo em estudo e a forma de avaliá-lo, também são destacadas neste capítulo.

Busca, mudança, atuação, atualização, integração, desejos, conhecimento... são algumas das muitas palavras encontradas na leitura deste trabalho.

1 – TEORIA DO VÍNCULO

1.1 – Antecedentes teóricos e definição de vínculo

Tendo em vista o estudo sobre a relação vincular entre família e escola, faz-se necessário entender o que é vínculo e todas as estruturas e dimensões que o constituem, bem como as influências observadas nas relações estabelecidas com outras estruturas.

Para a melhor compreensão da definição de vínculo, é preciso entender os antecedentes dessa teoria, que se inicia na tentativa de transformar a visão de homem mantida pela psiquiatria e psicanálise. Nessa tentativa, surgiu a necessidade de complementar a investigação psicanalítica com a investigação social, responsável por inserir novas dimensões ao se analisar o sujeito. A investigação social se orienta por uma tríplice dimensão: psicossocial, sociodinâmica e institucional. A investigação psicossocial oferece subsídios sobre o que o sujeito expressa e como trata os que o rodeiam; a investigação sociodinâmica permite analisar o grupo em que o sujeito está inserido e a institucional, verificar as relações dos grandes grupos a que o indivíduo pertence. Ao mesmo tempo em que a investigação social possui a visão de homem em uma só dimensão, também concebe o sujeito como uma totalidade integrada por três aspectos: mente, corpo e mundo exterior, tendo os três uma integração dialética.

Considerando as dimensões a serem investigadas, percebe-se a transformação do objeto de estudo da teoria psicanalítica de intrapsíquico para uma psiquiatria social. Isso só ocorre devido à sua visão de homem, resultante das relações estabelecidas com objetos internos e externos, numa constante interação dialética observadas nas condutas. Dessa maneira, a psiquiatria está centrada no estudo das relações e não somente no aspecto intrapsíquico, sendo denominada portanto Psiquiatria do Vínculo.

Desse modo, quando o sujeito é analisado, deve-se levar em consideração que é constituído dentro de um contexto sócio-histórico, convivendo com outras pessoas que influenciam sua vida, seu comportamento e sua afetividade. Considerar o contexto em que vive dará a dimensão correta do que e do porquê de determinados comportamentos e condutas. Assim a pesquisa sobre a influência do vínculo escola-família no ato de aprender será realizada dentro do contexto social em que os fatos acontecem, isto é, os sujeitos e as duas instituições (escola-família) serão sempre analisados de acordo com o contexto real e exterior. Isso possibilita a observação permanente da maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro, criando uma estrutura particular a cada momento, ou seja, o vínculo. O estudo terá o sujeito como aluno, convivendo de maneira particular com vários sujeitos nas principais instituições que constituem o seu dia-a-dia (escola-família) e a influência desses relacionamentos no ato de aprender.

Para isso, define-se vínculo de acordo com Pichon-Rivière (1998), como uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, que engloba tanto o sujeito quanto o objeto, tendo essa estrutura características consideradas normais e alterações interpretadas como patológicas. Logo a maneira peculiar em que cada indivíduo se relaciona com o outro, criando uma maneira específica com cada objeto ou sujeito conforme a situação e o momento, deve ser analisada, pois o vínculo determinará as condutas do sujeito. Através das manifestações pessoais do indivíduo, é possível compreender sua estrutura.

No grupo social e familiar em que o sujeito está inserido, haverá um tipo de vínculo estabelecido podendo ser normal ou patológico, mas só se pode verificar o tipo de vínculo através do estudo dos contextos psicossocial, sociodinâmico e institucional.

Para que entenda-se o vínculo normal e o vínculo patológico, é necessário compreender que quanto maior a diferenciação entre sujeito e objeto, mais saudável a vinculação se torna e quanto menor o grau de diferenciação, ou quanto maior a dependência e simbiose, maior o grau de patologia do vínculo. Para melhor ilustrar o objeto diferenciado e o objeto não-diferenciado, isto é, a relação de dependência e a relação de independência, cita-se uma situação extrema de não diferenciação. A criança, ao nascer, depende totalmente de seu objeto mãe, depositando partes internas nela, e em alguns casos, a mãe faz o mesmo, deposita na criança partes internas dela, havendo uma ligação muito forte, podendo não reconhecer o que é propriamente seu. O que se espera é que, com o passar do tempo, a dependência, a simbiose vá diminuindo, havendo limite e conseqüentemente a diferenciação para que se estabeleça um vínculo não patológico. Vale salientar que é impossível o estabelecimento de vínculos entre objetos totalmente diferenciados, pois haveria uma indiferença. Se um casal de

objetos torna-se completamente diferenciado, ocorreria uma independência emocional, social e econômica, o que levaria a uma não-relação.

Deve-se ponderar que a relação de objeto é a estrutura interna do vínculo, pois um vínculo é um tipo particular de relação de objeto. Cada relação estabelecida com um objeto é formada por uma estrutura dinâmica que varia de acordo com a situação, com o momento, funcionando através das motivações psicológicas. Cada indivíduo possui vários tipos de vínculos e cada um deles possui um significado particular para o sujeito.

Outra concepção de vínculo citada por Pichon-Rivière (1998:17) refere-se à relação com o objeto:

*O vínculo é algo diferente, que inclui a conduta. Podemos definir o vínculo como uma relação particular com o objeto. Essa relação particular tem como consequência uma conduta mais ou menos fixa com esse objeto, formando um **pattern**, uma pauta de conduta que tende a se repetir automaticamente, tanto na relação interna quanto na relação externa com o objeto.*

Quando se fala em relação externa e interna, remete-se aos dois campos psicológicos do vínculo, o campo interno (objeto interno) e o campo externo (objeto externo). A relação de objeto com o objeto externo é a preocupação da investigação psicossocial, enquanto o vínculo interno constitui objeto de interesse para a psiquiatria e a psicanálise. O vínculo interno é a relação que o sujeito estabelece com o objeto interno, a qual será diferente pois o eu terá formas específicas para cada imagem de objeto dentro do sujeito. Dessa relação, virão as condutas, o caráter e a maneira habitual de comportamento do indivíduo. Portanto, o indivíduo pode ser analisado quando o vínculo interno é descoberto, isto é, a natureza do objeto e o tipo de relação que o eu estabelece com o objeto interno.

Para a psiquiatria, o aspecto intrapsíquico do sujeito, seu interesse de estudo, é o campo interno de natureza interpessoal e grupal, visto que é um campo psicológico, em que a relação se dá de forma dinâmica e particular com um determinado número de pessoas.

Baseada nesses conceitos, a investigação sobre a relação estabelecida pelo sujeito com o objeto interno tem sido uma das principais preocupações para a análise do indivíduo. A natureza e o tipo de relação determinará um vínculo normal ou patológico. Caso o sujeito considere o objeto interno como mau ou perseguidor, expressará comportamentos de defesa, de controle, em suma, as sintomatologias de uma patologia; caso contrário, se estabelece relação interna com o objeto bom possuirá um vínculo normal. Mesmo nos indivíduos

patológicos existem os dois objetos, porém o objeto mau causa as sintomatologias e o bom é silencioso.

Cada vínculo patológico é caracterizado de forma diferenciada: o vínculo paranóico se caracteriza pela desconfiança, pela exigência que o sujeito experimenta em relação aos outros; o vínculo depressivo se caracteriza por estar carregado de culpa e expiação; o vínculo obsessivo se relaciona com o controle e a ordem, entre outros tipos de vínculos patológicos.

Conforme esclarece Pichón-Rivière (1988:29),

Em síntese, a teoria do vínculo é um tipo de conhecimento que funciona com um critério operacional, como um instrumento de trabalho com o qual se pode abordar o paciente psicótico e compreendê-lo em função de seu campo intrapsíquico, que antes não era considerado na vida mental com a hierarquia que proporciona, atualmente, a teoria do vínculo com os objetos internos.

As idéias expostas permitem assinalar que a Teoria do Vínculo assume fundamental importância não somente para a psiquiatria mas também para o cotidiano dos sujeitos, pois estão, a todo momento, estabelecendo vínculos e vivenciando os já estabelecidos; estão incluídos em grupos onde cada sujeito apresenta tanto seu aspecto intrapsíquico como o potencial para formar novos vínculos. A teoria vem ajudando a compreender melhor a dinâmica de cada grupo e a maneira como as relações são construídas e mantidas com os objetos internos e externos.

1.2 – Formação do vínculo (vínculo interno e externo)

Mesmo que o vínculo ocorra com uma só pessoa, sempre é social e estruturado pela história de vínculos desses sujeitos em momentos e espaços determinados. No estabelecimento do vínculo, isto é, na relação do sujeito com o objeto, todo o aparelho psíquico está envolvido com o objeto com que está se relacionando. Essa relação de objeto adquire, no sujeito, uma diferenciação, tornando-a pessoal e com significado particular, que pode ser diferente com outro ou outros, incluindo objetos animados e inanimados.

O aparelho psíquico do sujeito não pode ser separado, em nenhum momento do vínculo, o que pode ocorrer é uma preponderância das partes em relação ao objeto.

Na acepção de Pichón-Rivière (1988:32),

Podemos dizer que um vínculo está preponderantemente em relação com o Id, ou seja, que a relação pode ser mais amorosa ou mais agressiva nesse sentido. Em relação a preponderância do Ego, podemos dizer que o vínculo é mais operacional ou que tem mais sentido da manipulação da realidade; enquanto, se o vínculo for predominantemente em relação ao Superego, é mais culpógeno.

A relação de objeto caracterizada por um dos componentes do aparelho psíquico terá, para cada sujeito e em cada relação, uma valência particular e a cada vínculo formado, terá influência nos próximos a serem estabelecidos.

Uma característica fundamental da relação de objeto seu caráter interno, isto é, de dentro para fora. E é de um estabelecimento de vínculos, de uma relação de forma particular e única com cada objeto animado ou inanimado que resulta o caráter ou personalidade do sujeito, pois o tipo de relação que o sujeito estabelece se origina dos seus processos internos, influenciados por vínculos anteriores.

Dessa maneira,

Não existem relações impessoais, uma vez que o vínculo de dois se estabelece sempre em função de outros vínculos condicionados historicamente no sujeito e que, acumulados nele, constituem, o que denominamos o inconsciente.(PICHON RIVIÈRE, 1998:33-34).

Logo o inconsciente é formado por condutas provenientes de relações com vínculos e papéis que o sujeito vivencia diante de outros sujeitos. Essa condição se reporta ao cerne do estudo em que o vínculo Escola-Família está sendo analisado e que deverá ser considerado como uma relação interna dos sujeitos que compõem essas instituições, apreciando a história de vínculos desses sujeitos.

Para que se compreenda a formação dos vínculos, é importante ressaltar como isso ocorre desde o nascimento. Segundo Pichon Rivière (1998), quando a criança nasce, estabelece sua primeira relação com os objetos, administrados por meio de uma série de processos de introjeção e projeção com os quais constrói um mundo interno cheio de representações dos objetos externos. Esses objetos internos adquirem características particulares: são imagos dos objetos externos, que não coincidem com a natureza real desses objetos, mas estão matizados pela fórmula instintiva dessa criança em particular. Portanto, o

mundo interno é construído a partir das experiências externas, que são absorvidas internamente na construção de um mundo particular. Esse mundo não é o externo, mas, para o indivíduo, é tão real quanto o externo, e cada sujeito possui um mundo interno com características diferentes das do mundo interno de outras pessoas.

Essa diferenciação é determinada pela formação dos vínculos com os objetos internos que, por sua vez, marcam fortemente os vínculos externos, e que influenciariam na formação dos vínculos internos.

Com efeito,

Falamos de vínculos internos e de vínculos externos integrados num processo de espiral dialética. O vínculo, que primeiro é externo, depois se torna interno, depois, externo novamente e, depois, volta a ser interno, etc. configurando permanentemente a fórmula dessa espiral dialética, dessa passagem do de dentro para fora e do de fora para dentro, o que contribui para configurar a noção de limites entre dentro e fora. (PICHON RIVIÈRE, 1998:41).

Cada indivíduo possui vínculos internos diferentes porque seus vínculos externos são singulares, particulares e vice-versa, ou seja, seus vínculos estabelecidos com os objetos externos são diferenciados porque sua fantasia do mundo externo (isto é, o mundo interno) também é única. E assim os vínculos internos e externos seguem uma espiral dialética determinando o padrão de conduta e o modo de ser de cada indivíduo em cada momento e situação.

Para analisar a formação do vínculo Escola-Família, bem como avaliá-lo, é importante ter duas questões presentes no decorrer do estudo: qual o vínculo interno a Família possui com a Escola e qual vínculo interno a Família possui com a Família, pois assim verifica-se as condutas adotadas entre uma e outra.

1.3 – Vínculo e papel

Os conceitos de papel e de vínculo são próximos e geram confusão. A compreensão do conceito de papel fará com que o vínculo seja melhor interpretado e entendido em diversas situações.

O papel se caracteriza por ser transitório e por apresentar uma função específica, que aparece em uma situação determinada e em cada pessoa. Cada sujeito tem a possibilidade de desempenhar papéis diferentes nos contextos concretos que surgem no decorrer da vida.

Os papéis que cada sujeito assume e os papéis que adjudicam-lhe podem ser contraditórios; por essa razão, uma pessoa atua de diversas maneiras. Entretanto, a coerência entre os diversos papéis indicará o grau de maturidade do sujeito, isto é, quando ele consegue centralizar os diversos papéis naquilo que se pode denominar núcleo existencial, dando uma coerência e um sentido à vida na medida em que os papéis não são tão diferentes.

Os papéis podem ser assumidos ou adjudicados, havendo, nas relações sociais, um intercâmbio permanente entre adjudicação e assunção. Todas as nossas relações estão fundamentadas no interjogo de assumir e adjudicar papéis. O papel é função particular que o sujeito tenta fazer chegar ao outro e, em condições normais, cada sujeito deve poder assumir vários papéis ao mesmo tempo. É o interjogo de assumir e adjudicar papéis que cria coerência entre o grupo e os vínculos dentro de tal grupo.

Segundo Pichon Rivière (1998), a teoria dos papéis se baseia na teoria das relações de objetos, estruturas nas quais estão incluídos um sujeito e um objeto com uma relação particular entre eles, o que é denominado vínculo.

Conforme argumenta o autor,

O conceito de vínculo é operacional, configura uma estrutura de relação interpessoal que inclui, como já dissemos, um sujeito ante o objeto e a relação do objeto ante o sujeito, cumprindo os dois uma determinada função. (113-114).

Dessa maneira, o papel do vínculo está interligado ao papel que o sujeito exerce individualmente; a função que o sujeito possui dentro da relação com o objeto (vínculo) define, em certa parte, seu papel nas situações e nos grupos.

Por isso, fala-se de vínculos individuais e grupais. O vínculo grupal ocorre entre grupos (família com família, empresa com empresa) de modo que um grupo é estruturado em função de um vínculo particular com outro grupo, determinando características particulares entre dois grupos, num processo similar ao vínculo constituído entre duas pessoas.

No vínculo estabelecido entre grupos, surge a adjudicação ou a assunção de papéis, que também ocorre individualmente, o interjogo dialético permanente. Constatamos a espiral dialética mais uma vez, determinando o vínculo que ocorre entre os grupos na medida

em que um adjudica e o outro recebe. O vínculo tende a se desenvolver dialeticamente configurando uma síntese dos dois papéis, que dará as características do comportamento tanto do indivíduo quanto do grupo.

Assim, os grupos família-escola estão vinculados a partir do momento em que há o interjogo dialético entre adjudicar e assumir papéis. Se há uma receptividade dos papéis, há vínculo e comunicação.

O vínculo é uma estrutura e a comunicação se estabelece dentro dessa estrutura, e, para que haja uma boa comunicação entre dois sujeitos ou grupos, é necessário que ambos assumam o papel que o outro lhe adjudica.

As instituições em estudo devem ser consideradas como grupos e seus papéis devem ser analisados de acordo com as funções e papéis assumidos por cada integrante, sendo necessário inferir o denominador comum dos papéis de cada instituição.

Segundo Mead apud Pichon Rivière (1998), na mente do indivíduo, não só assume-se o seu papel como também assumem-se os papéis dos outros. Cada sujeito tem um mundo interno povoado de representações de objetos onde cada um está cumprindo um papel, uma função determinada e é precisamente isso que torna possível a previsão da conduta dos outros.

Esses sujeitos, com suas representações, são os componentes dos grupos, ou seja, cada integrante do grupo tem uma função e uma categoria determinada. Para analisar o grupo, é preciso assinalar o denominador comum dos papéis que estão sendo representados ou assumidos por cada um dos membros.

2 – FORMAÇÃO DE VÍNCULOS

2.1 – O processo de socialização da criança

Considerando o estudo das duas principais instituições em que a criança convive, ou seja, analisando o contexto familiar e escolar, é imprescindível que o contexto social seja apreciado, através do processo de socialização da criança no mundo, da formação dos seus primeiros vínculos, da aprendizagem das condutas e da aquisição dos conhecimentos sociais.

Considera-se o processo de socialização como uma interação entre a criança e o seu meio. Seu resultado depende das características da própria criança e da forma de agir dos agentes sociais (mãe, pai, colegas, professores). É um processo interativo necessário à criança e ao grupo social onde nasce, através do qual a criança satisfaz suas necessidades e assimila a cultura, ao mesmo tempo que, reciprocamente, a sociedade se perpetua e desenvolve.

Isto ocorre devido à necessidade da criança que, ao nascer, é indefesa e depende do grupo social, possuindo uma grande capacidade de aprendizagem, sentindo-se atraída pelos estímulos de origem social. Esses três aspectos fazem com que a criança esteja em condições ideais para iniciar o processo de socialização ou a aprendizagem dos valores, normas e formas de agir que o grupo social onde ela nasceu tentará transmitir-lhe.

As necessidades da criança são inatas. Segundo López in Coll et al. (1995), entre essas necessidades estão: proteção dos perigos reais e imaginários contra a vida e a saúde; cuidados básicos como a alimentação, limpeza e temperatura adequada; possibilidade de estabelecer vínculos afetivos estreitos com alguns adultos; exploração do meio físico e social e atividade lúdica com objetos e pessoas.

Essas necessidades farão com que a criança se incorpore ao grupo social em que nasce, que deve satisfazê-la. Esse grupo é constituído por vários agentes sociais: determinadas

pessoas (mãe, pai, colegas, professores), algumas instituições (família e escola), os meios de comunicação e outros instrumentos (livros, brinquedos).

O grupo social, além de satisfazer as necessidades, precisa integrar membros para manter-se e sobreviver e isso ocorre a partir da transmissão da cultura acumulada ao longo do desenvolvimento da espécie. O conteúdo transmitido ao novo membro envolve valores, normas, costumes, atribuição de papéis, bem como aquilo que cada grupo social foi construindo e acumulando ao longo de sua história. Essa função é exercida pelos agentes sociais, que irão agir de acordo com o seu contexto, influenciado por classe social, país, cidade, além de fatores pessoais (sexo, aptidões físicas, características psicológicas).

O processo de socialização, segundo López in Coll et al. (1995), ocorre em três áreas intimamente ligadas, havendo a predominância de uma das áreas conforme a atividade a que se refere. Sua separação, com efeito, ocorre para fins didáticos.

- processos mentais de socialização → aquisição de conhecimentos;
- processos afetivos de socialização → formação de vínculos;
- processos condutuais de socialização → conformação social da conduta.

Os processos mentais de socialização são muito amplos e diversificados: conhecimento dos valores, normas, costumes, pessoas, instituições e símbolos sociais, bem como a aprendizagem da linguagem e a aquisição de conhecimentos transmitidos através do sistema escolar e das demais fontes de informação. Isso faz com que a sociedade em que a criança vai viver seja conhecida e torna possível a comunicação dela com seus companheiros, bem como possibilita o comportamento que os outros esperam dela.

A aquisição dos conhecimentos sociais é um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento e é básico para que ocorram os processos afetivos e as condutas sociais. O conhecimento social refere-se às pessoas e à sociedade. Os referentes às pessoas são: reconhecimento, identidade e papéis; diferenciação entre conhecidos e estranhos; sentimentos, pensamentos, intenções e ponto de vista dos demais. Já os conhecimentos relacionados à sociedade são: conceitos sociais (dinheiro, pobre, rico); instituições (família, escola); valores, normas, juízo moral, dentre outros. Desses conhecimentos, os que possuem maior importância no início da socialização e na formação de vínculos são: reconhecimento das pessoas, reconhecimento de si, identidade e papel.

O reconhecimento das pessoas inicia desde o nascimento, posto que as crianças pequenas são capazes de perceber algumas expressões emocionais dos demais e formar vínculos através das primeiras experiências e vivências. Logo nos primeiros dias de vida, as crianças aprendem alguns sinais e indícios sociais, além de determinadas posturas que se

repetem por serem reconhecidas e acompanhadas de determinados elementos de conduta. Vale ressaltar que o reconhecimento de algumas emoções e indícios sociais não significa que as crianças já reconheçam as pessoas: o que ocorre é o reconhecimento da repetição de determinados estímulos. A identificação das pessoas acontecerá até o segundo trimestre de vida, no terceiro ou quarto mês. A partir desse momento, até um pouco antes dos seis meses, a criança vai diferenciando progressivamente as pessoas com quem mais interage, buscando contato com essas pessoas, manifestando condutas diferentes, mas ainda não rejeitam os desconhecidos. As pessoas com quem mais interagem são as preferidas para receber os cuidados necessários. Essas condutas pressupõem necessariamente um conhecimento social específico das pessoas.

No oitavo mês, freqüentemente se observa uma mudança qualitativa no reconhecimento social dos conhecidos e estranhos: as crianças discriminam entre as pessoas que lhe são familiares e os desconhecidos e, com os últimos, adotam uma posição de cautela, receio ou medo. As crianças fazem uma avaliação da pessoa que se aproxima e da situação em que o encontro tem lugar, exigindo um conhecimento social não somente do desconhecido, mas do significado de diferentes situações de interação social.

O reconhecimento de si é posterior ao reconhecimento das pessoas circundantes. Só demonstram certa habilidade para reconhecerem a si mesmas, diferenciando-se dos demais, no final do primeiro ano de vida, e isso ocorre quando a imagem apresentada corresponde à que tem nesse momento (sua própria imagem atual). E assim ela vai se distinguindo paulatinamente do outro e, ao chegar ao segundo ano de vida (18-24 meses), já tem segurança em reconhecer sua imagem com clareza, usando inclusive os pronomes pessoais.

A criança irá construir sua identidade conforme o conceito que formará de si mesma, que, por sua vez, será resultado das experiências e da formação dos primeiros vínculos. Pressupõe uma consciência de si mesmo e uma série de conhecimentos relativamente estáveis referentes a sua própria pessoa. À consciência de si mesmo, chamamos de identidade existencial, que consiste em compreender uma entidade individual que permanece ao longo do tempo; à série de conhecimentos alusivos a própria pessoa chama-se de identidade categorial, que inclui o si mesmo corporal, sexual, dentre outros. As duas identidades são complementares, pois enquanto a identidade existencial permite descobrir que cada indivíduo é diferente dos demais, a identidade categorial possibilita saber quais são as características que define o indivíduo como pessoa.

É através das ações da criança no meio e da sua interação com os outros que ela será capaz de conhecer as primeiras diferenças entre o eu e os demais e discriminar as diferentes pessoas, além de reconhecer os efeitos que acompanham suas ações. A identidade existencial passa por uma fase em que as crianças agem como se auto-reconhecessem na condição de diferentes dos demais e adquirem condutas que mantêm de forma relativamente estável ao longo do tempo. Isso vai ganhando verdadeiro significado quando as crianças começam a agir intencionalmente distinguindo meios e fins, a atribuir permanência às pessoas e a construir um certo conceito de tempo, capacidades que permitirão à criança reconhecer-se como sujeito ativo, diferente dos demais e que permanece através do tempo.

Um dos aspectos básicos do processo de socialização está relacionado à identidade categorial, que são a identidade sexual e a de gênero. A primeira refere-se ao juízo que o sujeito possui sobre a própria figura corporal, enquanto a identidade de gênero envolve o conhecimento das funções e características que a sociedade atribui como próprias do menino e da menina. As crianças irão distinguir ambos conceitos, nos primeiros anos de vida, de forma paralela e através de um processo tríplice: reconhecimento condutual da existência de dois tipos de vestimentas, adorno (preferências de acordo com o sexo antes dos dois anos); autoclassificação em uma das duas categorias sexuais, que pressupõe um conhecimento de si mesmo e, por último, a utilização do conhecimento da identidade sexual e de gênero para definir com clareza suas preferências, o que ocorre a partir dos três anos.

Tendo visto um dos aspectos mais importantes no processo de socialização, os conhecimentos sociais, entende-se agora um outro aspecto desse processo que implica o aprender a evitar condutas consideradas socialmente indesejáveis e a aquisição de determinadas habilidades sociais, isto é, os processos condutuais de socialização. Esses processos pressupõem o conhecimento de valores, normas e hábitos sociais e o controle sobre a própria conduta através da aprendizagem de hábitos (comer, vestir) e de habilidades sociais.

A educação desses aspectos se inicia desde o momento do nascimento e sua aquisição, antes dos dois anos, tendo mais consistência a partir dessa idade. Antes dos dois anos, a criança aprende a: pedir coisas, escutar, controlar os esfínteres; mas ainda não conhece a norma social ou não a compreende. Durante esse período, ocorrem numerosos conflitos aos quais as crianças reagem, via de regra, com birras. A aparente irracionalidade das birras somente pode ser entendida se for considerada como expressão de um conflito produzido pelos desejos da criança e pelas exigências impostas pelos adultos, que a criança ainda não consegue compreender.

Assim, a criança, no decorrer do seu desenvolvimento, irá aprendendo as condutas sociais através de orientações, imitação, reforço, informação, dentre outras maneiras. Deve-se destacar que as figuras de apego desempenham um papel fundamental nessa aprendizagem, pois controlam o ambiente social no qual a criança vive e, ao mesmo tempo, utilizam as formas de transmitir às crianças as condutas sociais. Para as crianças, as figuras de apego têm um significado muito especial, favorecendo sua identificação com elas e conseqüentemente a assimilação social de seus valores, normas e condutas.

O último aspecto, e o mais crucial do desenvolvimento social, durante os dois primeiros anos de vida, é o desenvolvimento afetivo, isto é, no processo de socialização, é necessário que ocorra a formação de vínculos afetivos.

As nascer, as crianças possuem uma grande capacidade de aprender, são pré-orientadas a buscar e preferir estímulos sociais e carentes de vínculos afetivos. Existem afetos que impulsionam a formação desses vínculos com os demais, como: desejo, atração, paixão, empatia, apego e amizade.

O apego é um dos afetos sociais mais característicos das crianças pequenas, pois é um vínculo que a criança estabelece com as pessoas que interage de forma privilegiada, caracterizado por determinadas condutas, representações mentais e sentimentos. Existem condutas que tentam conseguir ou manter a proximidade com a pessoa a que se é apegado, bem como condutas de interação privilegiada: solicitações (choros, vocalizações, gestos), vigilância e acompanhamento perceptivo das figuras de apego (visão à distância). Essas e outras condutas que a criança pode utilizar dependem de numerosos fatores, como o estado endógeno da criança, a história pregressa, a situação, a pessoa com quem interage, determinadas diferenças individuais e o nível de desenvolvimento da criança.

O apego necessita, primeiramente, da construção de um modelo mental da relação com as figuras de apego. Os conteúdos mais importantes dessa relação são as lembranças deixadas, o conceito da figura de apego e de si mesmo, e, por último, as expectativas da própria relação. A acessibilidade, isto é, a disponibilidade das figuras de apego e a incondicionalidade, que é a tomada de consciência de que a figura de apego não pode falhar quando se precisa dela são os aspectos mais importantes para o estabelecimento do vínculo da criança com essas pessoas.

O modelo mental da relação é construído a partir das primeiras experiências da criança, interpretadas por ela e influenciadas pelo que os demais transmitem, principalmente pelo vínculo mãe-bebê.

Como o apego é um conjunto de sentimentos associados às pessoas que a criança está vinculada, essa relação, quando adequada (criança-figura de apego), ocasiona sentimentos de segurança, bem-estar e prazer, associados à proximidade e contato com elas, e de ansiedade, quando ocorrem separações ou dificuldades para reestabelecer o contato.

O vínculo afetivo entre a criança e a figura de apego forma-se ao longo do primeiro ano de vida, como resultado da necessidade de vinculação afetiva que a criança possui e das condutas que ela utiliza para satisfazê-las, por um lado, e do oferecimento de cuidados e atenções específicas por parte da mãe, por outro. Isso significa que o vínculo a ser estabelecido é o resultado da interação privilegiada entre a criança e alguns adultos.

Vale lembrar que, para essa interação, será necessário o reconhecimento das pessoas, a associação estável de condutas, expectativas e sentimentos de apego referentes a essas pessoas concretas. Ao longo do primeiro ano de vida, a criança irá ter experiências de interações privilegiadas prolongadas, irá diferenciar umas pessoas das outras e irá vincular de maneira estável algumas delas à condutas, expectativas e sentimentos de apego.

Logo, todo esse processo de socialização fará parte da história do indivíduo e conseqüentemente irá influenciar de maneira direta no desenvolvimento da criança. Dessa maneira, a Escola e a Família devem analisar e considerar esse aspecto e, exercendo cada uma o seu papel, devem convergir no processo de socialização, isto é, devem concordar com as condutas a serem aceitas, com o conhecimento social a ser transmitido e ainda estabelecer e nutrir vínculos afetivos.

2.2 – Formação de vínculos na família

Para compreender a importância do vínculo que a família estabelece com a criança e com a escola, torna-se fundamental entender essa instituição sob o ponto de vista sistêmico, bem como a função socializadora que exerce na vida da criança, pois essa instituição será a base para a formação de novos vínculos.

Considera-se a família como um sistema que afeta e é afetado por outros sistemas que condicionam seu funcionamento; exerce papel central no desenvolvimento das pessoas, não só garantindo sua sobrevivência física, mas também porque favorece as aprendizagens básicas, necessárias para o desenvolvimento autônomo dentro da sociedade (aprendizagem de valores, da linguagem). A família, como todo sistema, possui uma função psicossocial de

proteger os seus membros e uma função social de transmitir e favorecer a adaptação à cultura existente.

Cada família possui uma estrutura determinada que se organiza a partir das demandas, interações e comunicações que ocorrem em seu interior, bem como nas relações que estabelece com o exterior. Dessa maneira, a família exerce influência direta nas características psicológicas do indivíduo através de suas condutas, valores e normas; entretanto não poderá modificar as características cognitivas, sociais e de personalidade, mas apenas influenciá-las. Existem outros fatores que definirão, também, essas características: algumas podem estar parcialmente definidas quando a criança nasce; outros contextos socializadores (escola, colegas), a partir do momento em que a criança tenha acesso a eles, influem de forma paralela à ação dos pais e a influência que a própria família recebe de um conjunto de fatores que condicionam e determinam seu funcionamento (situação sócio-econômica, moradia).

Visto que a família funciona como um sistema, ou seja, como uma estrutura que engloba uma rede de influências recíprocas entre os diferentes elementos que a compõem, o papel que cada um deles exerce é importante e influencia no desenvolvimento do sujeito.

Em cada família, os pais diferem uns dos outros em algumas dimensões: grau de controle, comunicação pais-filhos, exigências de amadurecimento e afeto na relação. Dependendo das condutas dos pais em cada dimensão o comportamento do filho é influenciado de uma certa maneira. Combinando estas quatro dimensões pode-se diferenciar três tipos diferentes de pais muito citados: pais autoritários, pais permissivos e pais democráticos. Tanto as dimensões como os estilos paternos exercem efeitos diferentes sobre os diversos aspectos do desenvolvimento social e da personalidade das crianças: auto-estima, desenvolvimento moral, conduta pró-social, autocontrole, desenvolvimento cognitivo, dentre outros.

Com relação ao desenvolvimento cognitivo, ou melhor, ao processo de aprendizagem, cita-se algumas condutas dos pais consideradas benéficas:

- interações verbais entre pais e filhos;
- uso de reforço físico e verbal;
- consultar a criança no momento de tomar uma decisão que a afete;
- ser sensíveis aos desejos e sentimentos das crianças;
- estimular independência e autonomia exigindo que resolva problemas por si mesma, mas estando disponível para prestar-lhe o apoio e a assistência que necessite;

- ler para a criança;
- contar-lhe coisas e fazer-lhe comentários sobre o mundo que a cerca;
- ter uma boa disposição para responder e formular-lhe perguntas;
- apresentar variados estímulos para o desenvolvimento de habilidades cognitivas na criança e participar de atividades lúdicas. Essas condutas possibilitarão o vínculo da criança com o conhecimento.

Além dos pais, um outro membro da família que influencia no desenvolvimento do sujeito é o irmão. As interações entre irmãos são afetadas por fatores do contexto familiar: o ajuste da criança à nova situação e a relação com o novo irmão dependerão, do caráter da criança, mas também da interação com os pais e da interferência de outras variáveis como: a ordem do nascimento, anos de diferença entre os irmãos, sexo, dentre outros elementos.

Tendo em vista a influência dos membros da família sob a criança, pode-se considerar que, dentro da família, existem diferentes subsistemas (casal, filhos), e, ao mesmo tempo, ela se relaciona com sistemas sociais diversos.

Outro aspecto importante numa família, segundo Bassedas et al. (1996), é a sua ideologia e o contexto histórico e familiar. A identidade formada por cada família e sua forma de agir irão depender das ideologias, crenças, e histórias anteriores, transmitidas de uma maneira ou outra à família atual, que seleciona e se identifica com certos aspectos e determinadas imagens. O contexto em que a família se encontra (nascimento de um filho, separação) terá influência direta sob seus membros, bem como, o contexto sócio-histórico em que a família está inserida.

A família tem, ainda, a função socializadora, pois constitui o contexto de socialização mais importante para o indivíduo. Durante muitos anos, é o único e/ou principal contexto no qual ele cresce e, além disso, encaminha a criança a outros contextos. Decide, por exemplo, o momento de ir para creche ou escola, possibilita os primeiros contatos sociais com outras pessoas fora da família, enfim, é responsável pelos primeiros caminhos seguidos pela criança.

Dessa maneira, a família é como um sistema em que o conjunto total de relações entre os diferentes membros influencia de forma direta e indireta no desenvolvimento do sujeito, assumindo um dos seus principais papéis, o de inserir o filho na sociedade. Esses aspectos serão base para a formação de novos vínculos para a criança, exercerão influência direta sobre a natureza do vínculo Escola-Família. Cada família, dependendo da sua formação, dos seus valores, do seu contexto terá maior ou menor facilidade de vincular com a instituição escolar de seus filhos.

2.3 – Formação de vínculos na escola

Embora a família constitua, em um primeiro momento, o meio de desenvolvimento mais imediato para a criança, a escola transforma-se logo em um importante contexto de socialização. A escola é, junto à família, a instituição social que possui maiores repercussões para a criança, sendo determinante para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo.

A escola, como instituição social, pode ser considerada de forma ampla e, de acordo com a teoria sistêmica, como um sistema aberto que compartilha funções e que se inter-relaciona com outros sistemas que integram todo o contexto social. Entre esses sistemas, o familiar adquire o papel mais relevante no que concerne à educação; na atualidade, vê-se a escola e a família em inter-relação contínua, mesmo que nem sempre sejam obtidas atuações adequadas, pois muitas vezes, agem como sistemas contrapostos mais do que como sistemas complementares.

A sociedade outorga à escola a missão de educar e instruir os alunos, visando à sua integração da forma mais plena possível como seres individuais e com critério próprio para abordar assuntos diferentes, tanto aqueles relativos à maturidade pessoal como os referentes à sua integração social. Todas as culturas possuem sistemas organizados, de maior ou menor complexidade, mediante os quais os indivíduos adultos preparam os jovens para a sua incorporação à sociedade. Nas sociedades industriais desenvolvidas a escola é a instituição encarregada da transmissão dos conhecimentos e valores da cultura e, portanto, de preparar as crianças para o desempenho adequado do papel do adulto ativo nas estruturas sociais estabelecidas.

Como contexto de desenvolvimento, a escola é definida por padrões de comportamento, regras de interação, métodos de comunicação e procedimentos de transmissão da informação que se diferenciam das características que definem a família.

A linguagem, segundo Cubero e Moreno (1995), constitui um dos aspectos de maior transcendência na definição de ambos contextos de desenvolvimento. O vocabulário, a estrutura do discurso e as próprias funções que a linguagem cumpre na escola são diferentes dos que normalmente tem lugar na família. Na escola, a linguagem caracteriza-se por uma forte tendência a referir-se aos objetos, aos fenômenos e a seus atributos, situando-os fora de seu contexto. Os termos falados na família diferem dos falados na escola: enquanto a família

se encarrega de transmitir conhecimento comum, a escola se ocupa principalmente da transmissão do saber organizado, produto do desenvolvimento cultural.

Com os adultos e os iguais da escola, a criança estabelece vínculos que são de natureza diferente dos que mantêm com sua família e os tipos de atividades que realiza varia. Os conteúdos trabalhados em aula estão mais sistematizados, os horários são menos flexíveis, reduz-se, significativamente, a liberdade da criança para escolher a atividade que deseja desenvolver e são realizados mecanismos para avaliar o aluno. Outras diferenças podem ser citadas para a compreensão de que os vínculos formados na escola diferenciam-se dos vínculos formados na família.

Ao passo que, na família, as atividades realizadas estão inseridas na vida cotidiana, na escola, as atividades são caracterizadas pela descontextualização, especificamente elaboradas e planejadas de acordo com uma série de finalidades e objetivos educacionais bastante sistematizados. O conteúdo das atividades realizadas na família costuma ser muito significativo para a criança e suas conseqüências práticas são bastante imediatas; na escola, ao contrário, a finalidade primordial das atividades se refere a uma realidade futura e as próprias aprendizagens apresentam sentido a longo prazo. A aprendizagem da criança, na família, ocorre em estreita relação com as pessoas que fazem parte de seu círculo mais próximo; na escola, não se pode assegurar uma relação dessa natureza entre aluno e professor, sendo a interação menos profunda.

Na escola, o desenvolvimento cognitivo da criança ganha impulso, pois é principalmente o conjunto de experiências educativas formais que possibilita formas mais abstratas de reflexão sobre a realidade. A escola modifica o modo de pensamento das crianças, e, segundo Bruner apud Cubero e Moreno (1995), duas características desse contexto são especialmente importantes para a explicação de sua influência: o caráter descontextualizado da aprendizagem e a linguagem como forma predominante de transmissão da informação. Os conteúdos aprendidos referentes à leitura, escrita, operações matemáticas, dentre outros, proporcionam a possibilidade de se referir a experiências e contextos que não estão presentes e a linguagem torna possível operar com objetos e situações que não são imediatos.

Todas essas características da escola, incluindo os tipos de atividades, tornam-na um local onde a criança terá que ser capaz de formar vínculos com as pessoas (adultos e iguais) e com o conhecimento para que atinja formas de pensamento independente do contexto e formas de raciocínio mais abstratas.

A escola não só intervém na transmissão do saber científico organizado culturalmente, como influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individuação da criança, como o desenvolvimento das relações afetivas, a habilidade de participar em situações sociais, a aquisição de destrezas comunicativas, o desenvolvimento do papel sexual, das condutas pró-sociais e da própria identidade pessoal (autoconceito, auto-estima, autonomia).

Com relação à identidade pessoal, a criança, ao entrar na escola, já possui uma história de experiências que lhe permitiram desenvolver uma determinada visão sobre si mesma. O autoconceito, conhecimentos e atitudes que o sujeito apresenta sobre si mesmo, é construído através das ações e opiniões expressadas pelos outros sobre as características e a conduta do indivíduo, isto é, através da interação social. A escola amplia, na vida da criança, as interações; nela, conhecerá outras crianças e outros adultos com os quais irá compartilhar uma parte de sua vida. Esse novo conjunto de pessoas com as quais a criança formará vínculos terá uma grande influência na manutenção ou na mudança do autoconceito e, conseqüentemente, da auto-estima. Uma pessoa que desempenha um papel fundamental a esse respeito é o professor.

Segundo Cubero e Moreno in Coll *et al.* (org) (1995), a conduta do professor em relação ao aluno será determinante para o autoconceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo dependem, em grande parte, dos comportamentos que percebe que o professor mantém em relação a ele. Quando o professor possui atitudes de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, facilitando os resultados positivos no rendimento. O contrário, uma atitude de desconfiança sobre a capacidade do aluno, ou rótulos, trazem insegurança e reduzem as possibilidades de enfrentar os problemas, criando um sentimento de incapacidade. Dessa maneira, as expectativas do professor em relação ao aluno (assim como acontece com os pais) é crucial para o autoconceito do sujeito.

Não só os vínculos com os adultos irão influenciar o desenvolvimento da criança, mas o estabelecimento de uma rede de relações positivas entre os colegas será essencial. Sabe-se que todos esses vínculos (com crianças e adultos) serão formados de acordo com a história de vínculos que a criança possui desde o nascimento, mas a escola detém grande responsabilidade de nutrir e formar vínculos sadios durante o desenvolvimento do sujeito.

3 – FAMÍLIA E ESCOLA: O VÍNCULO DOS DOIS PRINCIPAIS CONTEXTOS PARA A CRIANÇA

3.1 – O vínculo família e escola

Analisando o contexto sócio-histórico, vemos que a família e a escola vêm sofrendo modificações ao longo do tempo. Na cultura ocidental, especialmente a partir do século XVIII, a escola tem tido como função responsabilizar-se pelo percurso escolar dos indivíduos, favorecendo a aprendizagem de conhecimentos construídos pela humanidade e valorizados em um dado período histórico. A escola caracterizar-se-ia, assim, como uma importante agência educacional e socializadora, complementando o trabalho desenvolvido pelas famílias.

Já as famílias têm sido consideradas como os primeiros agentes socializadores da criança, sendo responsável por estabelecer condições propiciadoras de um bom desenvolvimento e auxiliar a concretização das ações realizadas pela escola, o que inclui o desenvolvimento de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade.

Atualmente as duas instituições vêm sofrendo modificações em suas configurações, que dependem tanto da classe social como do contexto sócio-cultural em que habitam. A família como agente socializador deve passar por reflexões visto que divide com a escola essa função, não sendo mais a primeira instituição socializadora devido à busca precoce de creches e escolas para colocar os filhos.

A escola, tem tido dificuldades em aceitar as mudanças sociais e familiares e incorporar as novas demandas que trazem no desenvolvimento de seus papéis e de seu trabalho. Devido à exigência do tempo quase integral no trabalho, pela sociedade capitalista, restam poucas opções para oferecer aos filhos uma educação similar à promovida pela escola,

escolhendo, para matriculá-los, uma instituição a fim de completar sua formação (PERRENOUD APUD REALI E IANCREDI, 2001).

Nos dias fluentes, a pesquisa e a literatura estão voltados para o tema escola-família, enfocando a influência das práticas familiares no processo de escolarização das crianças e adolescentes. A interação entre família e escola, no intuito de tratar de forma convergente as questões que envolvem ambas agências socializadoras, sugere ser possível a diminuição do conflito vivenciado pelas crianças que freqüentam esses dois ambientes culturais. Sabe-se que todas as crianças, ao entrarem no sistema escolar, observam que as relações que se estabelecem, as estratégias e os recursos comunicativos, os conteúdos, a organização, as exigências, dentre outros elementos, diferem dos que conheciam por sua experiência no meio familiar. No entanto, para algumas, a experiência e as aprendizagens realizadas dentro da família facilitarão a transição, enquanto, para outras crianças, será maior a descontinuidade entre a família e a escola, influenciando negativamente na adaptação e no êxito no meio escolar. Torna-se necessário que a comunicação entre escola e família seja mais atuante para que as duas instituições, ao invés de provocarem conflitos, caminhem com os mesmos objetivos e possam dar os subsídios necessários para as crianças enfrentarem as diferenças que não são possíveis de serem transformadas nos dois contextos.

Um dos tipos de relação que ocorre entre escola e família é propiciada pelo professor, pois ele é o principal condutor do processo escolar. Segundo BASSEDAS *et al.* (1998), o contato entre família e educador é uma questão primordial, principalmente nas séries iniciais. Para os pais, possibilita um conhecimento progressivo dos agentes educadores da criança; ajuda a tranquilizarem-se e a verem com segurança o estado do seu filho na escola; a conhecer melhor os profissionais que vão cuidar do seu filho e a compartilhar a ação educativa. Para os educadores, e conseqüentemente para a escola, esses contatos permitem: conhecer melhor a criança (seus ritmos, seus relacionamentos, sua história de vida); estabelecer com os pais critérios educativos comuns (coerência de condutas nos dois contextos); oferecer aos pais modelos de intervenção e de relação com as crianças e ajudar a família a conhecer a função educativa da escola.

Um outro fato que torna esse contato mais importante nas séries iniciais é por ser o primeiro contato da criança com a escola o determinante do tipo de vínculo que será estabelecido com esse ambiente, podendo ser uma experiência positiva que lhe passe confiança, desejo de freqüentar o ambiente, ou negativa, onde a criança pode ter experiências desmotivadoras para freqüentar a escola, não demonstrando desejo e alegria. Quando os pais

conhecem a escola e mantêm relação com a instituição, esse primeiro contato da criança é facilitado.

Um outro vínculo de comunicação, que poderá ou não impulsionar para a formação do vínculo entre escola e família é o boletim, que permite aos pais o conhecimento do desempenho escolar do filho. A família, através dele, poderá ou não procurar a escola. Caso o aluno apresente alguma dificuldade que não seja gerada na escola e sim na família, essa deverá receber orientações sobre a situação.

As tarefas de casa, se acompanhadas pelos pais, constituem um outro meio de estabelecer relação da escola com a família, onde deverá apenas orientar e acompanhar a evolução escolar do aluno, podendo questionar ou dar sugestões sobre o conteúdo e metodologia utilizada.

Mostrar a escola aos pais também é propiciador de um bom vínculo escola-família. Isso pode ser feito através de intercâmbio diário, oral ou escrito: folheto informativo ou uma agenda que vai e vem da escola para a família, exposição dos trabalhos realizados pelas crianças, painéis de fotos relacionados ao dia-a-dia das mesmas, dentre outros.

As reuniões com pais, professores e supervisores também é uma forma de vincular família-escola: as reuniões devem ter o objetivo de transmitir o que a escola necessitar e de ouvir o que os pais têm a dizer, sendo um momento de troca, de relação.

Foram citadas algumas das muitas atividades que se pode realizar para envolver família e escola a fim de que o vínculo dessas duas instituições possa fortalecer o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças nesses dois ambientes. Isso ocorre porque quando os pais estão vinculados com a escola, há confiança a ser transmitida para os filhos, que terão os mesmos sentimentos, dando-lhes prazer, desejo e alegria em frequentar um local que seus pais acham seguro.

É necessário que as escolas tenham o cuidado de não manter com as famílias um contato unidirecional, procurando-as apenas quando possui problemas de desempenho ou disciplinares que não consegue solucionar. A escola deve adotar uma linguagem que favoreça a aproximação dos pais em todos os momentos e criar um ambiente verdadeiramente receptivo para a sua participação ativa, de modo que eles possam se sentir aceitos, conhecer e compreender o trabalho realizado e a forma como podem contribuir para com essa tarefa. Vale lembrar que envolver os pais na vida da escola é pedir-lhes o que têm, o que podem ou sabem dar.

Dessa maneira, então, no decorrer de todo o desenvolvimento da criança, principalmente nas séries iniciais, o conhecimento mútuo e o estabelecimento de acordos

entre o contexto familiar e o escolar atuam em benefício da criança e promovem seu bem-estar. As relações entre a família e a escola somente podem ser construtivas se estiverem baseadas no respeito mútuo, na confiança e na aceitação das peculiaridades de cada um.

De acordo com a Teoria do Vínculo, no vínculo entre grupos e entre duas pessoas, surge a adjudicação e a assunção de papéis, isto é, o interjogo dialético que ocorre permanentemente. Constata-se, assim a presença da espiral dialética: enquanto um grupo recebe, o outro adjudica e assim o vínculo tende a se estabelecer dialeticamente chegando a síntese dos dois papéis. Isso dará as características do comportamento tanto do indivíduo quanto de cada grupo.

Portanto, os grupos escola e família estarão vinculados a partir do momento em que há adjudicação e assunção de papéis entre os dois e a aceitação desses papéis que acontecem de forma dialética. Uma vez formado o vínculo, a família será capaz de transmitir à criança o sentimento de confiança e de segurança, fazendo com que constitua seu vínculo interno a partir das imagens que serão formadas através dos relatos e sentimentos dos seus pais. Ao frequentar a escola, a criança se vinculará externamente; isso significa que a relação possivelmente será benéfica e conseqüentemente formará o vínculo com o conhecimento, tendo desejo e prazer pelo saber.

3.2 – Contribuições para a avaliação do vínculo Escola-Família

Uma vez estabelecido o vínculo entre os dois principais contextos para a criança, faz-se necessário avaliá-lo. Sabe-se que o tipo de vínculo que propomos nesse estudo é o vínculo propiciador de benefícios para as instituições em questão e conseqüentemente para a criança, mas deve-se atentar para a possibilidade de formação de um vínculo não produtivo para uma das instituições ou inclusive para ambas, prejudicando assim o desenvolvimento da criança. Os dois tipos de vínculo devem ser avaliados de forma contínua, oferecendo os subsídios necessários para a manutenção e a transformação das relações estabelecidas.

A avaliação do vínculo que está conseguindo estreitar os laços entre família e escola deve ter como objetivo manter e melhorar essa relação. Essa avaliação deve verificar que mecanismos e processos foram utilizados para a formação do vínculo, o que deve ser mantido, o que pode ser melhorado, quais mudanças devem ocorrer, se necessário, nas instituições de acordo com o contexto sócio-histórico e como esse vínculo está influenciando

no desenvolvimento da criança. As questões citadas irão fornecer informações utilizadas na análise da formação do vínculo para que ser utilizado em outras situações, bem como para o estudo da sua manutenção.

De modo análogo, a avaliação do vínculo que apresenta um hiato entre as agências socializadoras da criança tem como objetivo analisar o que deve ser modificado para converter as relações entre família e escola. Essa avaliação deve conter questões para serem refletidas pelas duas instituições, relacionadas às funções que cada uma possui na sociedade e no processo de desenvolvimento da criança. A conscientização de assumir e de adjudicar papéis, e que o papel é de cada instituição, o que agrada e o que desagrada a cada uma delas, como esse vínculo está influenciando o desenvolvimento da criança e qual a importância ou não de modificação desse vínculo são relevantes para a análise da formação do vínculo em questão, assim como para sua transformação, caso seja necessária. Essa avaliação ainda permitirá que as falhas encontradas não sejam repetidas em outras situações.

As avaliações contínuas sobre o vínculo podem ser realizadas através de: aplicação de entrevistas com pais, professores, alunos e demais funcionários da escola; encontros com realização de atividades e dinâmicas que proporcionem o diálogo entre família e escola; observações diárias dos relacionamentos na escola (pais-pais, pais-professores, pais-coordenação, professores-alunos, coordenação-alunos); registro e análise de elogios e considerações feitas pelos pais para a escola; reuniões periódicas com momentos de perguntas, de reflexão e de colaboração entre os grupos participantes (professores, pais, aluno, funcionários, coordenação) e a criação de um espaço no *site* da escola para os pais terem acesso e responderem às questões avaliativas.

O objetivo da avaliação proposta nesse trabalho é conseguir adotar uma linguagem que favoreça a aproximação das diferentes instituições (escola-família) e criar um ambiente verdadeiramente receptivo à participação ativa dos pais, de modo que possam se sentir aceitos, conhecer e compreender o trabalho realizado e a forma de contribuir para a difícil e prazerosa tarefa de educar.

CONCLUSÃO

Durante esse trabalho, obteve-se a oportunidade de comprovar a importância do vínculo Escola-Família, bem como da sua avaliação contínua. A Teoria do Vínculo elucida as relações estabelecidas entre os sujeitos e os grupos nos quais se encontram inseridos.

Pesquisar sobre os contextos em que a criança vive é pesquisar sobre sua socialização, o que promoveu novos conhecimentos sobre como ocorre esse processo e confirmou a sua importância na vinculação Escola-Família, já que a socialização ocorre nas duas instituições e, por isso, as duas não devem convergir demasiadamente.

O estudo deixou evidente quanta influência possuem os vínculos familiares para a formação da criança, principalmente a relação mãe-bebê. Cada momento, cada carinho, cada rejeição, cada separação possuem conseqüências diferenciadas na formação da personalidade, bem como no ato de aprender.

Foi enriquecedor saber que a escola, um dos principais contextos para a criança, é também um lugar onde vínculos são formados de maneira diferenciada dos vínculos familiares, mas são tão importantes quanto, e possuem influência no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança.

Dessa maneira, esse caminho trilhado de estudos e pesquisas permitiu finalizar o trabalho discorrendo sobre o vínculo das duas instituições em estudo, inserindo-as no contexto sócio-histórico e mostrando as maneiras para formar esse vínculo e, ainda, a importância de sua avaliação contínua.

Durante a pesquisa, baseada em bibliografias sobre o assunto, algumas questões e idéias surgiram para novas investigações sobre o tema. Quando se fala sobre a escola e a família, qual seria a visão de cada um deles sobre o vínculo Escola-Família? O que Escola e Família estão fazendo para estabelecer ou, em alguns casos, reestabelecer esse vínculo? Os

vínculos formados na escola com os alunos e o vínculo Escola-Família são diferenciados na escola pública e na particular? Existem escolas que já avaliam esse vínculo?

Assim, esse estudo é uma contribuição e pode ser o início de várias pesquisas sobre o tema, que, como já foi comprovado, é de fundamental importância para as instituições envolvidas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento infantil.

BIBLIOGRAFIA

BASSEDAS, Eulália, HUGUET, Teresa, MARRODÁN, Maite, et al. **Intervenção Educativa e Diagnóstico Psicopedagógico**. 3ª edição, Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1996.

BASSEDAS, Eulália, HUGUET, Teresa, SOLÉ, Isabel. **Aprender e Ensinar na Ed. Infantil**, Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1998.

BLEGER, Jr. **Temas de Psicologia**, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1988.

BOSSA, Nadia Aparecida. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1994.

CASTOLDI, Alexandra Salton, ROGGIA, Cristina Félix, DAMIANI, Fernanda Delnhardt, et al. **Vínculos**, 1998. <http://sbdg.org.br/cadernos/cad10.htm>

CHAMAT, Leila Sara José. **Relações Vinculares e Aprendizagem: um enfoque psicopedagógico**. São Paulo, Ed. Vetor, 1997.

COLL, C., PALACIOS, J. e MARCHESI, A (orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**, Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1995, vol. 1.

FAGALI, Eloisa Quadros, VALE, Zélia Del Rio. **Psicopedagogia Aplicada: aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula**. 5ª edição, Ed. Petrópolis, Vozes, 1993.

FERNANDES, Beatriz Silverio. **As crianças e a questão do vínculo**. <http://www.psinet.com.mx/rif56/506.htm> (s/d)

FERREIRA, Luiz Gonzaga Rebouças. **Redação científica: como escrever artigos, monografias, dissertações e teses**. 3ª ed. rev., Fortaleza, Edições UFC, 2001.

GASPARIAN, Mª Cecília Castro. **Psicopedagogia Institucional Sistêmica**. São Paulo, Lemos Editorial, 1997.

_____. **O Modelo Relacional Sistêmico na Construção de Projeto Pedagógico Institucional**, 2002. <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos>

MAMEDE, Marcia Mendes. **A criança na família e a família da criança**. 2002. <http://www.tvebrasil.com.br/salto/edi/editxt2.htm>

NOGUEIRA, Mª Alia, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (orgs). **Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

PICHÓN-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do Vínculo**. 6ª edição, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1998.

REALI, Aline, M. de Medeiros Rodrigues, TANCREDI, Regina M. Simões Puccinelli. **Desenvolvendo Uma Metodologia de Aproximação entre a Escola e as Famílias dos Alunos com a Parceria da Universidade**, 2001. <http://www.itoi.ufrj.br/sempe/t3-p.35.htm>

SALGADO, Lucília. **A difícil relação entre os pais e a escola**. 1999. <http://www.iie.min-edu.pt/edicoes/noe50/dossier5.htm>

SARGO, Claudete e Cols (orgs). **A Práxis Psicopedagógica Brasileira**. São Paulo. ABPp, 1994.

SCOZ, Beatriz Judith Lima, ALESSANDRINI, Cristina Dias, PITOMBO, Elisa M^a, et al. **A regulamentação da profissão assegurando o reconhecimento do Psicopedagogo**. Revista Psicopedagogia, São Paulo, n° 43, p.p 6-9, 1998.

SCOZ, Beatriz Judith Lima, RUBISTEIN, Edith, ROSSA, Eunice Maria, et al. **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1987.

SILVA, M^a Cecília Almeida. **O objeto da Psicopedagogia**. Revista Psicopedagogia, São Paulo, n° 44, p.p 40-42, 1998.

SISTO, Fermino, Fernandes, OLIVEIRA, Gislene, de Campos, FINI, Lucila Diehl Iolaine, et al. (orgs). **Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar**. 5^a edição, Petrópolis, Ed. Vozes, [s.d].

VIGOSTSKI, Lev Semenovich, LURIA, Alexander Romanovich, LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 6^a edição, São Paulo, Ícone Editora, 1998.

WEIL, Pierre. **A criança, o lar e a escola**. 19^a edição, Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.